



Textos para Discussão

METRÓPOLES E A CRISE URBANA
NA PANDEMIA

Tendências e Desafios



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

GOVERNO FEDERAL

Presidente da República
Jair Bolsonaro

Ministro da Saúde
Marcelo Queiroga

Presidente da Fundação Oswaldo Cruz
Nísia Trindade Lima

SAÚDE AMANHÃ

Coordenação geral
Paulo Gadelha

Coordenação Executiva
José Carvalho de Noronha

Coordenação Editorial
Telma Ruth Pereira

Apoio técnico
Natalia Santos de Souza Guadalupe

Normalização bibliográfica
Monique Santos

Projeto gráfico, capa e diagramação
Robson Lima — Obra Completa Comunicação

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos desenvolvidos no âmbito do Projeto Saúde Amanhã, disseminando informações sobre a prospecção estratégica em saúde, em um horizonte móvel de 20 anos.

Busca, ainda, estabelecer um espaço para discussões e debates entre os profissionais especializados e instituições do setor.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e de inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista da Fiocruz/MS.

O projeto Saúde Amanhã é conduzido pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) no contexto da “Estratégia Fiocruz para a Agenda 2030”/Fiocruz.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

URL: <http://saudeamanha.fiocruz.br/>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R484m Ribeiro, Luiz Cesar de Queiroz

Metrópoles e a crise urbana da pandemia: tendências e desafios /Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro, Juciano Martins Rodrigues. – Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2021.

30 p. – (Textos para Discussão; n. 79)

Bibliografia: p. 27-30.

I. Metrôpoles. 2. Crise Urbana. 3. Pandemia. I. Ribeiro, Luiz Cesar de Queiroz. II. Rodrigues, Juciano Martins. III. Fundação Oswaldo Cruz. IV. Título. V. Saúde Amanhã.

CDU: 332.812:711: 616-036.21

Textos para Discussão
Nº 79

METRÓPOLES E A CRISE URBANA NA PANDEMIA

Tendências e Desafios

Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro
Juciano Martins Rodrigues

Este documento serviu como pano de fundo para os temas específicos tratados durante o Seminário “O Brasil depois da pandemia: Cidades e Saúde”, realizado em 25 de outubro de 2021, na Fiocruz.

Rio de Janeiro, Dezembro 2021

AUTORES

Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro

Graduação em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas (1972) e Doutorado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (1991). Professor titular do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ), Pesquisador associado do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Integrante do Comitê Científico da Rede Latino-Americana de Teoria Urbana (RELATUR), Coordenador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) “As Metrôpoles e o Direito à Cidade: conhecimento, inovação e ação para o desenvolvimento urbano”, realizado pela pesquisa em rede “Observatório das Metrôpoles” e Editor das revistas Cadernos Metrôpoles e e-metrópolis (www.observatoriodasmestropoles.net.br). Atualmente realiza pesquisas sobre as metrôpoles e sobre o direito à cidade no capitalismo contemporâneo: a financeirização e o rentismo.

Juciano Martins Rodrigues

Graduação em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2003), Mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas (IBGE/ENCE) (2006) e Doutor em Urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ/PROURB) (2011). Atualmente é Pesquisador e Membro do Comitê Gestor do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) Observatório das Metrôpoles CNPq/FAPERJ e Coordenador editorial da Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais e-metropolis.

SUMÁRIO

Introdução	7
Sinais de Crise Urbana na Sindemia Nacional	9
A Dominação Rentista-Extrativista e a <i>Reperiferização</i>	16
Os Nexos Entre o Rentismo e a Ordem Urbana – Algumas hipóteses	18
Conclusão: O que fazer?	25
Referências Bibliográficas	27

METRÓPOLES E A CRISE URBANA NA PANDEMIA

Tendências e Desafios

“...as cidades devem liderar o caminho para um futuro mais justo, verde e saudável pós-pandemia”.

Habitat (Cidades e pandemias: por um futuro mais justo, verde e saudável¹ – UN-Habitat, Março 2021)

1. INTRODUÇÃO

O neologismo sindemia, com o qual especialistas vêm procurando entender a complexidade das forças que constituem os padrões de difusão do SARS-CoV-2, seus efeitos em termos de gravidade, letalidade e morbidade coloca o desafio de entender sobre nova ótica a relação entre o meio urbano construído, presente na grande cidade, e a saúde coletiva. Nesse sentido, a preocupação se dá tanto no plano do diagnóstico das doenças endêmicas e epidêmicas, quanto no desenho das políticas públicas de enfrentamento preventivo. Com efeito, em ensaio publicado em outubro de 2021 no Caderno de Saúde Pública intitulado “Covid-19 como sindemia: modelo teórico e fundamentos para a abordagem abrangente em saúde”², os autores, com base em resultados de uma metanálise da literatura, constataram evidências das relações sinérgicas entre a Covid-19 e outras doenças e com o meio no qual a vida social se desenrola. Concluem afirmando estar colocado como desafio interdisciplinar a superação dos limites teóricos, metodológicos e empíricos ainda existentes para consolidar o conceito de sindemia, tornando-se necessária

a construção de pontes entre a visão biológica de desenvolvimento das doenças e as forças sociais de grande escala que as favorecem, demonstrando como esses fatores interagem tanto no nível populacional como individual para agravar a carga de doenças. Além do mais, fornece uma estrutura para análise das interações entre doença-doença e condição social-doença, chamando a atenção para as conexões biossociais e as causas e consequências para a vida e o bem-estar humanos (Bispo Junior; Santos, 2021, p. 3).

Na mesma direção vai uma reflexão compartilhada na prestigiosa revista Lancet ao afirmar que:

A teoria sindêmica fornece estratégias potentes para identificar como fatores sociais, políticos, econômicos e ambientais criam e perpetuam as vulnerabilidades que influenciam no aumento da morbimortalidade das populações (Horton, 2021, p.1).

A saúde pública e o planejamento urbano se encontram novamente desafiados a criar estas pontes cognitivas e políticas. Trata-se, porém, de um desafio ainda de maior envergadura do que o ocorrido no século XIX e início do XX, na medida em que estamos diante de crises sanitárias

¹ Cf. <<https://brasil.un.org/pt-br/123684-onu-habitat-cidades-devem-liderar-o-caminho-para-um-futuro-mais-justo-verde-e-saudavel-pos>>. Acesso em: 17 nov. 2021.

sindêmicas, nas quais os próprios meios social e urbano são vetores da constituição dos padrões de difusão das infecções, dos distintos graus de gravidade, letalidade e mortalidade. Com efeito, além de se assentarem na forma de aglomerações populacionais densas e gigantescas, as sociedades se constituem como altamente dependentes do acesso ao meio urbano construído³ para a reprodução da vida biológica, social, individual e coletiva. Os macromecanismos socioeconômicos de produção de desigualdades de riqueza, renda, emprego e oportunidades, de estratificação social, de segregação e exclusão se inscrevem neste meio reprodutor da vida, ao mesmo tempo em que por ele são constituídos outros propriamente urbanos, amplificadores desses mesmos macromecanismos socioeconômicos.

Com o intuito de contribuir para a construção das pontes necessárias ao avanço da abordagem sindêmica, o presente ensaio propõe a reflexão sobre as forças sociais de grande escala que disputam o futuro da metrópole brasileira. A discussão realizada neste texto se apoia, sobretudo, nas pesquisas realizadas pelo INCT Observatório das Metrópoles⁴ e nos seus resultados (Ribeiro, 2020), tendo também como referências dois outros textos elaborados pelos autores para o Projeto Saúde Amanhã (Ribeiro, 2019; Rodrigues & Ribeiro, 2021). Trata-se de pensar como se especifica a ordem urbana⁵ no padrão de desenvolvimento capitalista brasileiro na última década. Para além disso, trata-se de refletir sobre essa ordem no contexto do conflito intrínseco entre a produção e a apropriação do meio urbano construído. Produção e apropriação que parecem orientadas exclusivamente pela acumulação privada em detrimento da sua função de provisão do bem-estar, que assegura a reprodução da vida em sociedades plenamente urbanizadas.

A tese central aqui explorada é a seguinte: o conflito entre a “cidade para o capital X a cidade para o bem-estar” se agudizou com a inflexão conservadora-ultraliberal a partir do golpe parlamentar de 2016, dirigido pelas forças políticas que representam o rentismo brasileiro e a sua tradução no projeto “A Ponte para Futuro”. Posteriormente, esta inflexão é radicalizada com os resultados das eleições de 2018 e a formação de uma coalizão que vem empreendendo uma *revolução conservadora*, como bem denominou Nobre (2018), com um verdadeiro desmantelamento do Estado Nacional. Com efeito, esta coalizão vem promovendo a desconstrução do marco constitucional, legal e institucional herdado dos compromissos sociais e políticos aprovados na Assembleia Constituinte de 1988 e, ao mesmo tempo, criando condições para acelerar os processos de desindustrialização, reprimarização e reperiferização do Brasil. Desse modo, na hierarquia do sistema-mundo capitalista, nossa posição se constitui na forma de uma nova e profunda dependência frente às forças que comandam o capitalismo rentista-financeiro-extrativista global. O projeto ultraliberal e as suas reformas vêm acelerando a constituição de nexos que incorporam a ordem urbana brasileira ao modo de desenvolvimento liberal-periférico (Filgueiras & Gonçalves, 2021) em curso na longa duração, atualizado, na dinâmica capitalista das primeiras décadas do século XXI, pela subordinação aos extrativismos inerentes à acumulação rentista do capital. Como consequência, arma-se uma crise urbana na medida em que as metrópoles deixam de suprir as necessidades coletivas de reprodução social, porta aberta para novas crises sanitárias se tornarem sindêmicas.

³ “...vasto sistema de recursos socialmente produzidos, compreendendo o valor de uso embutido na paisagem física, que pode ser usado para a produção, troca e consumo. (Harvey, 1999: 233).

⁴ Cf. Coleção Metrópoles e as Transformações na Ordem Urbana disponível em <<https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/colecao-metrolopes-transformacoes-na-ordem-urbana/>>. Acesso em: 17 nov. 2021.

⁵ O conceito de ordem urbana aqui utilizado se encontra desenvolvido e aplicado em Ribeiro, 2018.

O texto está organizado em quatro partes, além da introdução. Na primeira, apresentamos alguns elementos que indicam o processo de constituição de uma crise urbana nas metrópoles brasileiras, examinando as relações entre o apagão da mobilidade, do desemprego e do empobrecimento. Na segunda parte discutimos brevemente os fundamentos teóricos e conceituais necessários à compreensão da nossa condição de dependência ao capitalismo rentista-financeiro-extrativista global e na terceira, propomos algumas hipóteses sobre os efeitos desta subordinação sobre algumas dimensões da ordem urbana. Nas conclusões, procuramos suscitar pontos que possam conectar a reflexão sobre o futuro das metrópoles brasileiras com o debate que pouco a pouco se desenha sobre a retomada de um projeto de desenvolvimento nacional. Orientado pelo atendimento das necessidades sociais prementes e para que possa simultaneamente reverter os processos de reprimarização, desindustrialização e reperiiferização, esse debate se conecta com as ideias que vêm sendo discutidas em torno do que tem sido designado como a proposta de *Bidenomics* nos Trópicos⁶.

2. SINAIS DE CRISE URBANA NA SINDEMIA NACIONAL

Não há dúvidas de que experimentamos um momento sem precedentes na sociedade brasileira. A acumulação combinada de várias crises – que, inclusive, justificaria a utilização da expressão sindemia de crises nacionais – exige, por sua vez, um novo olhar para entender as interações em jogo e pensar de maneira renovada os caminhos possíveis ao enfrentamento da metástase que chega até as cidades, atingindo em cheio o seu metabolismo sóciourbano. Em primeiro lugar, estamos sendo atingidos pela crise sanitária decorrente não só da forma pela qual o vírus SARS-CoV-2 se difundiu na sociedade e produziu uma situação epidêmica grave, mas sobretudo pelas nefastas consequências da atuação irresponsável e negacionista do Governo Federal e de seus sombrios gabinetes paralelos. Em segundo lugar, tornam-se cada vez mais evidentes os efeitos da longa e profunda crise econômica em termos de crescimento do PIB. Já em curso desde 2014, essa crise vem sendo aprofundada pela adoção das imperiosas medidas de proteção individual e assume, a partir de 2020, traços cada vez mais preocupantes de uma estagnação. Por fim, evidenciando o caráter sindêmico das crises, esta última se traduz em mais uma grave crise social, marcada por um acúmulo de um contingente inédito de desempregados, uma diminuição brusca da renda e do poder de compra das famílias e pelo aumento da pobreza e da miséria. Segundo estimativas, 13% da população já vive abaixo da linha da pobreza, percentual equivalente a 27,7 milhões de brasileiros⁷. Nesse cenário, uma extensa crise se constitui, corrói o tecido social e evidencia os limites de uma eventual retomada do crescimento sustentável voltado para o mercado interno, pelo menos a curto e médio prazo.

As crises sanitária, econômica e social criaram também interações sinérgicas com a crise política, materializada na incapacidade das autoridades federais de formular ações que possam ao menos amenizar seus efeitos. O Governo Federal está submetido exclusivamente aos interesses de uma irresponsável e tóxica coalizão de poder. Nela se articulam os interesses do rentismo e de seu projeto de assalto ao Estado, dos representantes do partido militar, do tradicional fisio-

⁶ Livro organizado pelos economistas André Roncaglia e Nelson Barbosa e FGV Editora reúne contribuições de especialistas brasileiros em áreas centrais do Plano Biden. A obra apresenta reflexões teóricas e históricas sobre desenvolvimento econômico, análises setoriais, políticas econômicas e de financiamento, em uma sequência que busca oferecer uma visão conjunta sobre o problema do desenvolvimento econômico brasileiro à luz da iniciativa do atual presidente americano.

⁷ Cf. Relato do economista Marcelo Neri publicado no Jornal O Globo em 12/09/2021. Acesso em: 17 nov. 2021.

logismo do chamado Centrão, com amplo domínio sobre o orçamento federal, fechando com uma profana aliança entre o grupo fiel ao bolsonarismo, formado por familiares do presidente Jair Bolsonaro, conservadores fanáticos e empresários da fé. Infiltrados no centro do Governo Federal, esses grupos são responsáveis diretos pela incapacidade governativa em relação aos interesses gerais da nação brasileira e pela ineficiência da máquina pública, principalmente no enfrentamento da pandemia. Soma-se, ainda, uma incerteza fiscal provocada pela necessária expansão do gasto estatal para atender não só as necessidades emergenciais da população frente à grave crise social, mas também a dívida social gerada pelas travas ultraliberais do chamado teto de gastos.

Reúnem-se, portanto, de maneira inédita e profunda, múltiplas crises na forma de uma **tempestade perfeita**⁸, que anuncia um desastre societário sem precedentes na nossa história, cuja contenção vai exigir esforços incomuns do governo, da sociedade civil e de empresários comprometidos com o desenvolvimento nacional e os princípios democráticos e republicanos.

A sombra da sindemia das crises nacionais começa a cobrir nossas metrópoles, onde estão concentrados os efeitos mais claros e imediatos desta tempestade. O primeiro e mais preocupante deles é a combinação do aumento das pessoas pobres vivendo sob a dupla deficiência alimentar e habitacional⁹. Além disso, outro sinal da crise está relacionado com o emergente colapso da já frágil capacidade de governabilidade sobre o sistema de mobilidade, desenhando um cenário de crise urbana.

Como lembrou o urbanista Nabil Bonduki, em artigo recente na Folha de São Paulo, está em curso um verdadeiro colapso dos sistemas de transportes coletivos¹⁰. Com a erosão da demanda decorrente da diminuição da atividade econômica mesmo antes da pandemia, do desemprego e da queda brutal da renda, empresas concessionárias vêm sucateando frotas, diminuindo a frequência das linhas, e até mesmo abandonando concessões. Segundo estudo¹¹ da Associação de Empresas de Transportes Urbanos (NTU), entre março de 2020 a abril de 2021, ocorreu a interrupção da prestação dos serviços por 25 operadoras e um consórcio operacional, além da demissão de 76.757 trabalhadores. No mesmo período, 13 operadoras e um consórcio suspenderam as atividades e duas operadoras, um consórcio operacional e um sistema BRT (do Rio de Janeiro) sofreram intervenção na operação. Além disso, cinco operadoras simplesmente encerraram as atividades e quatro tiveram seus contratos suspensos. O mesmo estudo registrou também 238 movimentos grevistas atingindo 88 sistemas de transporte público por ônibus no país.

⁸ Segundo o Wikipedia, “A expressão “tempestade perfeita” é um calque morfológico (do inglês perfect storm) que se refere à situação na qual um evento, em geral não favorável, é drasticamente agravado pela ocorrência de uma rara combinação de circunstâncias, transformando-se em um desastre”. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Tempestade_perfeita>. Acesso em: 17 nov. 2021.

⁹ Cf. Total de favelas dobra no Brasil em dez anos e 20 milhões estão passando fome. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/10/total-de-favelas-dobra-no-brasil-em-dez-anos-e-20-milhoes-estao-passando-fome.shtml>>. Acesso em: 17 de nov. 2021.

¹⁰ Cf. Este artigo estava em elaboração quando o urbanista e articulista da Folha de São Paulo Nabil Bonduki publicou neste jornal artigo com o mesmo argumento. Cf. Crise pode levar a um apagão no sistema de transporte. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/nabil-bonduki/2021/09/crise-pode-levar-a-um-apagao-no-sistema-de-transporte-coletivo.shtml#:~:text=A%20radiografia%20da%20crise%20est%C3%A1,que%20j%C3%A1%20era%20sentido%20anteriormente>>. Acesso em: 17 nov. 2021.

¹¹ Cf. NTU revela agravamento da crise do transporte. Disponível em: <https://www.mobilize.org.br/noticias/12659/estudo-da-ntu-revela-agravamento-da-crise-do-transporte-publico.html?print=s&gclid=CjwKCAjwhOyJBhA4EiwAEcJdcQDoBxN5IG0kRoq4o9rvkUt_epdJbj3ZNYz-x4id7Ii3G_3sBPotxoCywAQAvD_BwE>. Acesso em: 17 nov. 2021.

Na cidade do Rio de Janeiro, segundo o sindicato das empresas de ônibus, o setor acumulou um déficit financeiro da ordem de R\$ 1,2 bilhão durante a pandemia. A entidade aponta como motivo para esse desempenho a queda na receita, considerando que parte do sistema é financiado diretamente pelo pagamento de passagens e a permissividade em relação ao transporte clandestino¹². No caso da perda de passageiros e de receita, é algo que atinge o país como um todo. Segundo estimativas da NTU, Associação Nacional dos Transportes Públicos (ANPTrilhos) e Fundação Getúlio Vargas (FGV), o prejuízo acumulado das empresas de ônibus urbanos no país é de R\$ 11,57 bilhões e o número de passageiros caiu pela metade entre março de 2020 e fevereiro de 2021¹³.

Em relação à situação específica do Rio de Janeiro, de fato não se pode deixar de registrar que o transporte clandestino, através de vans e similares, é uma realidade e tem um domínio agressivo sobre parte considerável do mercado do transporte público, como mostrou recentemente uma série de reportagens veiculadas na TV Globo¹⁴. Esse domínio é a tradução direta do controle territorial exercido por grupos paramilitares, em grande parte da capital e de municípios da região metropolitana, outra face trágica da perene crise urbana fluminense.

O apagão dos transportes urbanos também atinge os transportes de alta capacidade. Nos serviços de trem e de metrô são cada vez mais comuns as interrupções, as irregularidades da frequência, a lotação e os acidentes. A SuperVia, concessionária de trens metropolitanos do Rio de Janeiro, entrou com um pedido de recuperação judicial, em meio a perdas de R\$ 474 milhões durante a pandemia. No caso das Barcas, a empresa CCR deseja, há anos, um acordo para deixar a concessão, e a demanda de passageiros caiu 73% com a chegada da pandemia, o que fez o negócio “virar pó”, segundo seus administradores¹⁵.

A este conjunto de problemas do lado da oferta dos serviços se somam os decorrentes da dissociação entre as tarifas e os claros sinais de empobrecimento da população. A título de exemplo, mesmo com a crise instalada e já sentindo os efeitos da pandemia, a própria Supervia anunciou em junho de 2021 um aumento de 25% na tarifa, que passaria de R\$ 5,00 para R\$ 5,90. Para um trabalhador que recebe um salário mínimo e depende desse modo do trem para chegar ao seu local de trabalho, o gasto mensal com transporte pode comprometer até um quarto de seu salário. O círculo trágico do desastre urbano que nos assola se fecha, neste caso, com as consequências dos frequentes roubos de fios para a venda do cobre no mercado ilegal do ferro-velho. O Rio de Janeiro é, portanto, uma das cidades brasileiras onde claros sinais da crise urbana aparecem de forma bastante evidente. O Gráfico 1 é eloquente na evidência do colapso do sistema de transporte.

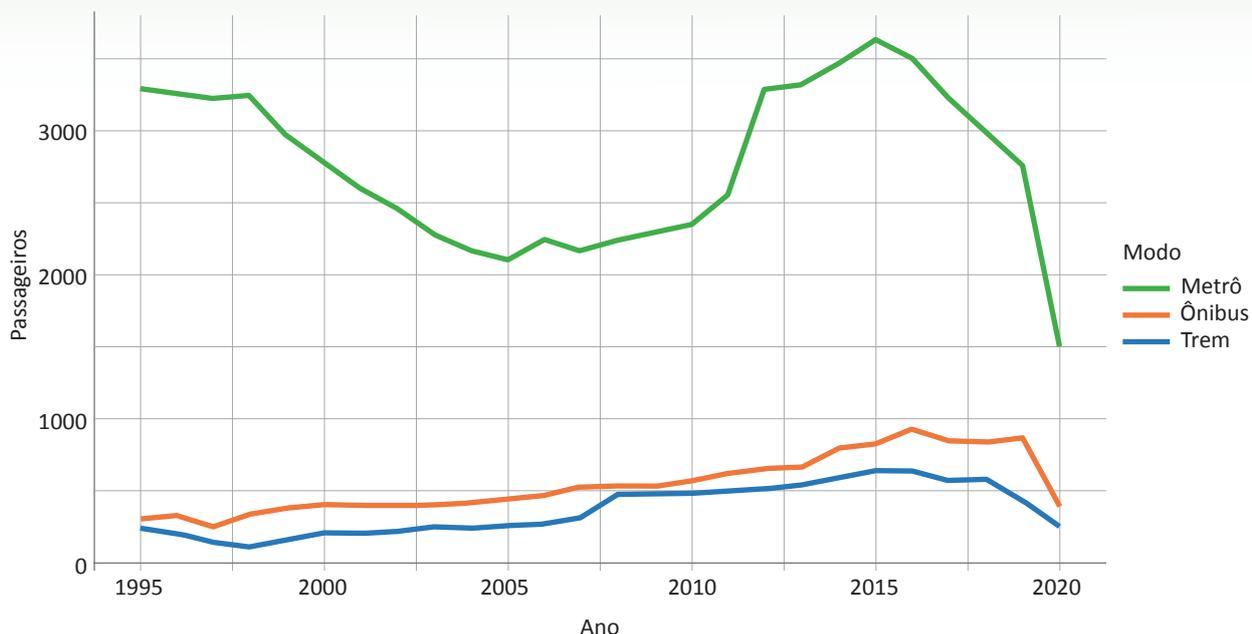
¹² Cf. Empresas de ônibus do Rio de Janeiro acumulam déficits de receita de 1,2 bilhão em um ano de pandemia. Disponível em: <<https://diariodotransporte.com.br/2021/03/16/empresas-de-onibus-do-rio-de-janeiro-acumulam-deficit-de-receita-de-r-12-bilhao-em-um-ano-de-pandemia/>>. Acesso em: 17 nov. 2021.

¹³ Cf. Mobilidade urbana na pandemia: os impactos no transporte público. Disponível em: <<https://anptrilhos.org.br/mobilidade-urbana-na-pandemia-os-impactos-no-transporte-publico/>>. Acesso em: 27 de nov. 2021.

¹⁴ Cf. Raio x das vans no Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/08/24/raio-x-das-vans-no-rio-rj2.ghtml>>. Acesso em: 11 de nov. 2021.

¹⁵ Cf. O labirinto dos transportes do Rio: à beira do colapso, setor sofre com queda de demanda e péssimos serviços. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/o-labirinto-dos-transportes-do-rio-beira-do-colapso-setor-sofre-com-queda-de-demanda-pessimos-servicos-1-25086072>>. Acesso em: 11 nov. 2021.

Gráfico 1. Movimento médio diário de passageiros, segundo os transportes rodoviário e ferroviário no Município do Rio de Janeiro entre 1995-2020

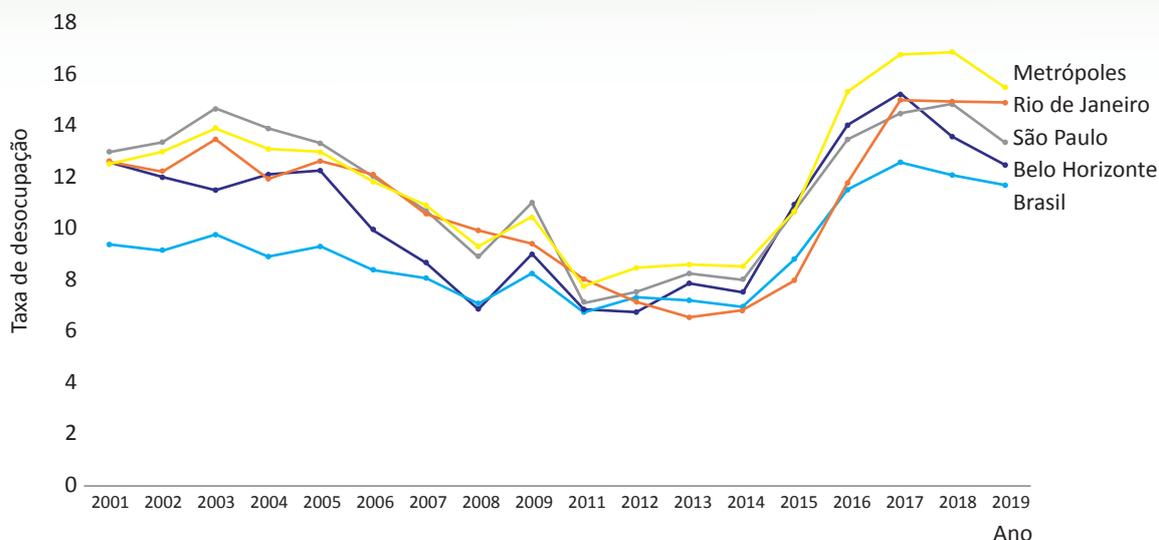


Fonte: Elaborado pelo Observatório das Metrôpoles com dados da Prefeitura do Rio de Janeiro

É verdade que a derrocada dos transportes estava em curso desde momentos anteriores ao do desastre atual¹⁶, mas se acelera com muita rapidez ao ritmo da constituição do que estamos chamando de “tempestade perfeita”. A relação entre as crises econômica, urbana e social parece também ser evidente se examinarmos conjuntamente a queda da demanda de transportes e o aumento da desocupação e da desigualdade de renda. Nos gráficos a seguir (Gráfico 2 e Gráfico 3), é possível observar que a tendência de queda na desocupação iniciada em 2005 se inverte radicalmente após 2015 e, embora não haja dados que permitam acompanhar o que aconteceu de 2020 até o momento de finalização deste texto, é possível que a diminuição a partir de 2018 não tenha se sustentado. Além disso, os dados exibidos no Gráfico 3 mostram que tanto a desigualdade, medida pelo Índice de Gini, quanto a Vulnerabilidade Econômica, medida pelo percentual de pessoas vivendo em domicílios com renda menor que $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, que já vinha aumentando desde 2015, aceleram-se a partir do segundo trimestre de 2020.

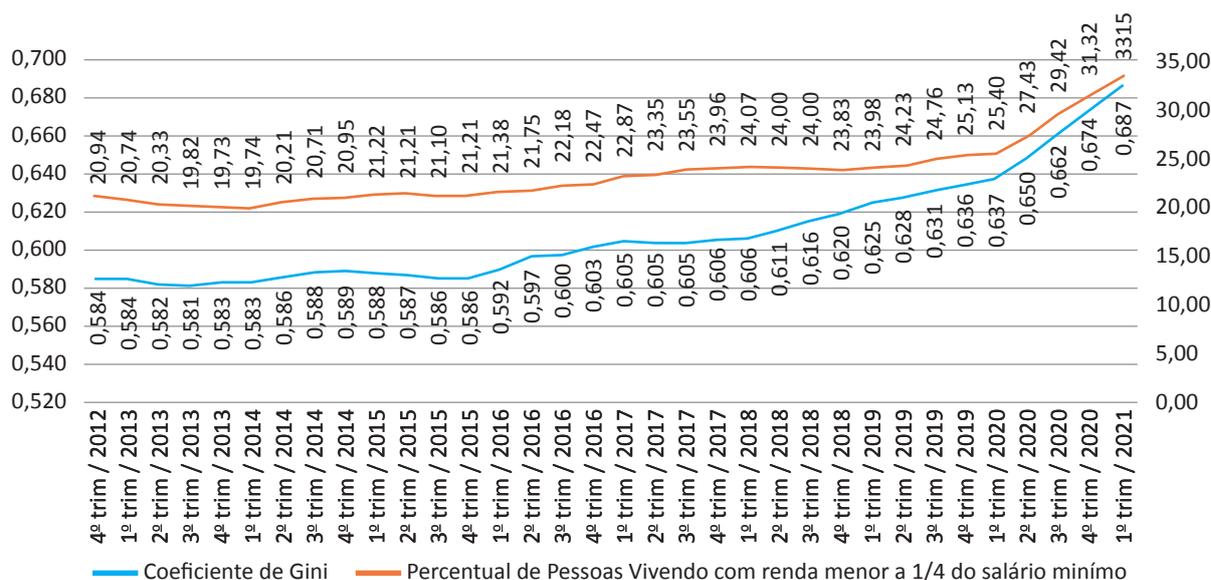
¹⁶ Vale lembrar que, a partir de 2017, as concessionárias dos serviços de ônibus foram atingidas em cheio pelas ações do Ministério Público Federal e da Polícia Federal, que investigaram o envolvimento de políticos e líderes empresariais do setor em esquemas de corrupção.

Gráfico 2. Taxa de Desocupação das pessoas com 15 anos ou mais de idade no Brasil, nas Metrôpoles e nas metrópoles do Rio de Janeiro e São Paulo



Fonte: Elaborado pelo Observatório das Metrôpoles com dados da Prefeitura do Rio de Janeiro.

Gráfico 3. Evolução da Desigualdade de Renda e da Vulnerabilidade Econômica na RMRJ



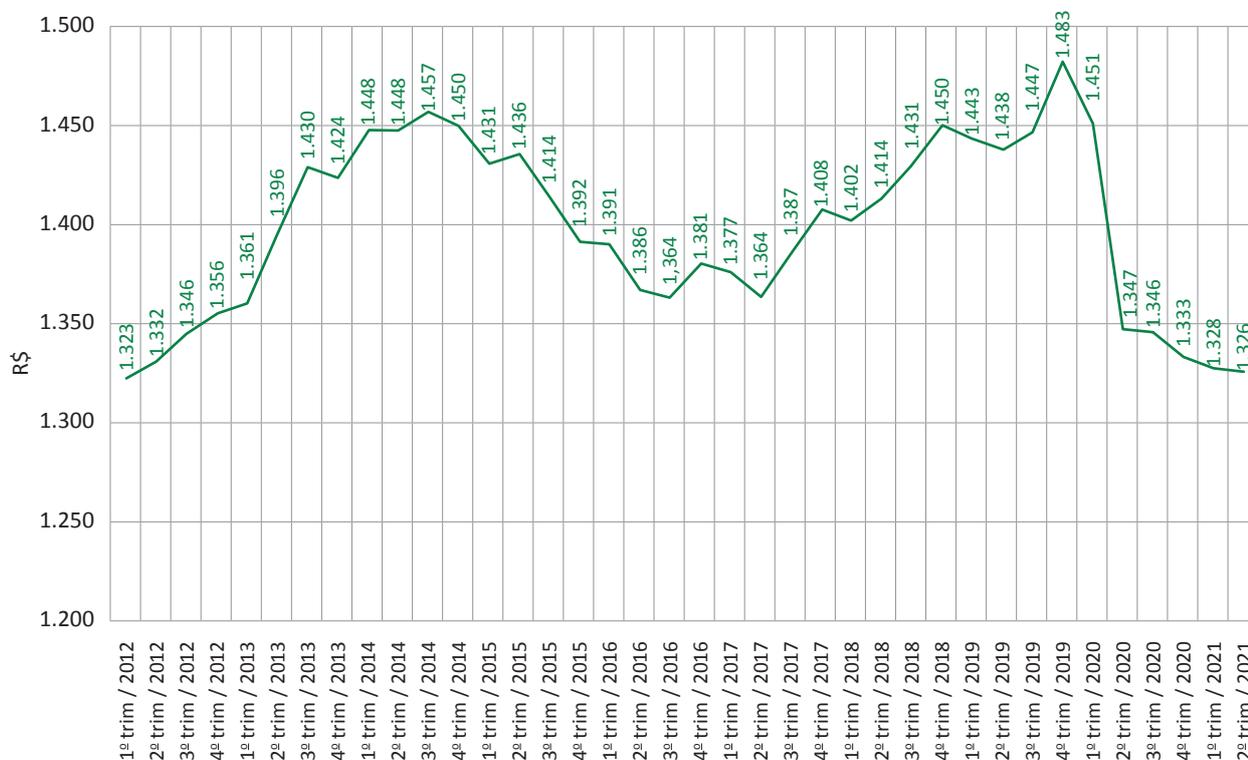
Fonte: Elaborado pelo Observatório das Metrôpoles com dados da PNAD/IBGE. Tabulação da pesquisadora Paula Guedes.

O encadeamento entre o apagão da mobilidade, o desemprego e a brutal perda de renda do trabalho formam um círculo vicioso de empobrecimento e miséria urbana. Com efeito, a busca pelas escassas oportunidades de ocupação ou empego, mesmo as possibilidades das práticas da economia da sobrevivência através das diversas atividades informais, tornam-se restritas na medida em que a ausência da renda, a deficiência e os elevados níveis das tarifas de transportes urbanos bloqueiam a mobilidade do trabalhar em busca da renda.

Um estudo recente de Salata e Ribeiro (2021) sobre as desigualdades sociais nas 16 metrôpoles brasileiras indica uma brutal perda da renda do trabalho, atingindo mais fortemente os

estratos dos 40% mais pobres da estrutura social brasileira e os considerados como miseráveis, como evidenciam os gráficos a seguir (Gráfico 4, Gráfico 5 e Gráfico 6).

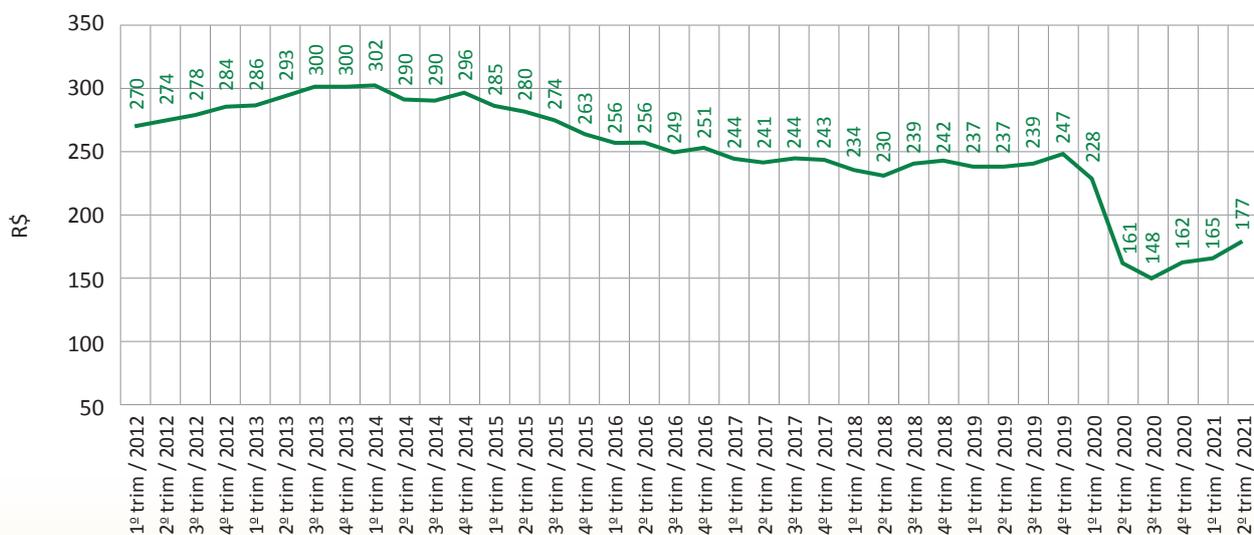
Gráfico 4. Evolução da média de rendimentos* – Conjunto das Regiões Metropolitanas do Brasil



Fonte: Elaborado pelo Observatório das Metrópoles com dados da PNAD/IBGE.

Nota: (*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 2º trimestre 2021 / IPCA).

Gráfico 5. Média de rendimentos* dos 40% mais pobres – Conjunto das Regiões Metropolitanas do Brasil

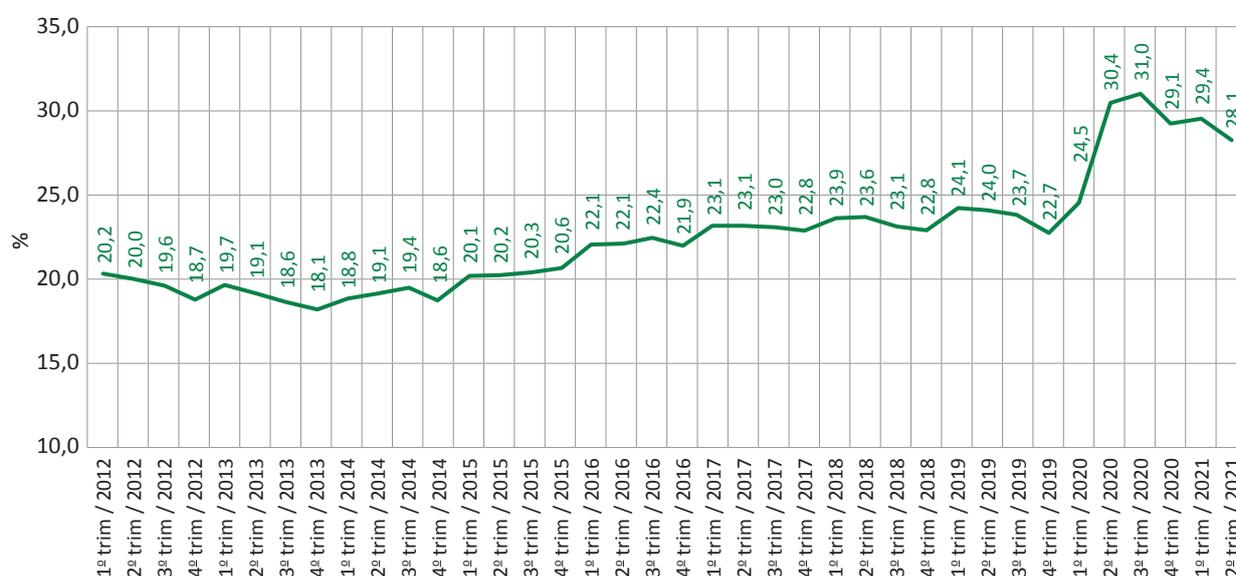


Fonte: Elaborado pelo Observatório das Metrópoles com dados da PNAD/IBGE.

Nota: (*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 2º trimestre 2021 / IPCA).

Os autores do estudo mostram que o rendimento médio per capita do estrato dos 40% mais pobres de um conjunto de 16 regiões metropolitanas apresentou crescimento entre 2012-2014. A partir de 2019, o rendimento passa a cair abruptamente até 2020, atingido o nível mais baixo da série histórica, inferior ao registrado em 2012. Claro que este movimento é tributário dos efeitos da pandemia no mercado de trabalho e no desemprego, mas, olhando ao longo do período, ocorreu um inequívoco crescimento da pobreza nas metrópoles. Há, portanto, o aumento do que poderíamos considerar como o contingente de miseráveis, definidos por aqueles indivíduos que vivem em domicílios com rendimento do trabalho per capita inferior a um quarto do salário mínimo¹⁷.

Gráfico 6. Indivíduos vivendo em domicílios com rendimento* per capita de até ¼ do salário mínimo – Conjunto das Regiões Metropolitanas do Brasil (%)



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação de Salata e Ribeiro (2014). Nota: (*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 2º trimestre 2021 / IPCA).

Os dados sistematizados por Salata e Ribeiro (2021) mostram também que 28,1% dos moradores de nossas metrópoles podem ser classificados em situação de miserabilidade, formando cerca de 23,5 milhões de pessoas em moradias com renda per capita de apenas 270 reais a preços de hoje. Se consideramos ainda os quase 14 milhões de desempregados e a inflação chegando aos dois dígitos podemos falar na existência de uma extensa e grave crise social constituída em nossas metrópoles, na medida que parte considerável da população vive em um meio cuja sobrevivência e reprodução social é quase exclusivamente dependente de acesso ao mercado de trabalho.

São sinais claros da emergência de uma verdadeira crise urbana, no sentido do colapso da função da cidade em assegurar a reprodução da vida. Como bem lembrava, já há algum tempo, Manuel Castells (1980) não é uma simples deficiência do sistema econômico, mas a consequência da crescente incapacidade da metrópole de assegurar a produção, a distribuição de equipa-

¹⁷ Nesse estudo, os autores tomam como referência o valor do salário mínimo de cada trimestre/ano, tendo este valor sido corrigido pelo mesmo deflator de preços que aplicamos aos rendimentos.

mentos e os serviços coletivos hoje imprescindíveis à reprodução social em sociedades que se urbanizaram completamente. Essa crise, já presente na fase industrial do nosso modelo liberal-periférico de desenvolvimento, acentua-se. Com isso, sob a dominância rentista-financeiro-extrativista do atual regime de acumulação e ao contrário do que ocorreu no momento da cidade fordista, desfaz-se a convergência potencial entre as forças sociais em torno da ordem urbana necessária à reprodução do capital e do trabalho. Como consequência, há um desinteresse das forças dominantes em relação à provisão de meios de consumo coletivo, ao mesmo tempo em que a cidade é transformada em objeto do rentismo-financeiro-extrativista urbano. Nesse contexto, a crise urbana também se acentua na medida em que os equipamentos e os serviços coletivos são transferidos da esfera pública para a privada, vale dizer, incorporados à órbita da acumulação rentista-financeira-extrativista pelas sucessivas ondas de privatização da cidade.

Na prática, a crise urbana cria oportunidades para que fundos financeiros globais incorporem os serviços coletivos aos seus ativos, abrindo as portas para a clara financeirização das cidades em detrimento da oferta dos serviços orientados pelo bem-estar. Este é o caso do Metrô do Rio, cuja concessão estava nas mãos da empresa Invepar, de propriedade de fundos de pensão estatais brasileiros: Previ, com 25,56%; Petros, com 25%; Funcef, com 25%. A recente incorporação deste bem público à propriedade do Mubadala¹⁸, fundo de Abu Dahbi, acentua a lógica de gestão que se orienta fortemente pela dinâmica do mercado de capitais, ou seja, uma gestão muito mais interessada no valor acionário dos bens do que na sua rentabilidade operacional.

3. A DOMINAÇÃO RENTISTA-EXTRATIVISTA E A REPERIFERIZAÇÃO

Entre nós, a crise urbana se reveste de maior gravidade por sua profundidade e amplitude ao se conectar com a *reperiferização*¹⁹ do Brasil no contexto do sistema-mundo capitalista, fato que fragiliza a base econômica das metrópoles como consequência da desindustrialização e da reprimarização da economia nacional. Estes três processos têm como fundamento o domínio pelas grandes empresas e pelos Estados centrais das novas fontes de acumulação da riqueza baseadas na propriedade do dinheiro, do saber (conhecimento e informação), das marcas (bens intangíveis) e da terra (natureza), o que vem configurando o que muitos autores vêm designando como rentismo.

O traço definidor fundamental do rentismo como lógica de acumulação é o aumento do poder do capital sobre os processos de geração e de extração de excedentes, sem necessitar controlar diretamente a esfera da produção. O poder do capital hegemônico, ou do grande capital, passa a ser exercido, principalmente, na esfera da circulação do valor, controlando à distância os novos “chãos da fábrica”.

Este fato alterou o sistema capitalista na medida em que a acumulação passou a se realizar sob os imperativos da propriedade mais do que da produção. O conhecimento é marcado pela instituição de sistemas de proteção da propriedade intelectual e de patentes que operam nacional e globalmente. São formas contemporâneas de capital fictício, cujo uso gera rendas de monopólio.

¹⁸ Cf. Fundo árabe assume controle do metro do Rio em operação de 1,8 bilhão. Disponível em: <<https://diariodotransporte.com.br/2021/11/09/fundo-arabe-assume-controle-do-metro-rio-em-operacao-de-r-18-bilhao/>>. Acesso em: 11 de nov. de 2021.

¹⁹ A hipótese de *reperiferização* aqui adotada tem como base a análise de Arrighi (1988) sobre as estruturas e os mecanismos de reprodução da concentração de riqueza e poder pelos Estados que compõem o moderno sistema do mundo capitalista.

O conhecimento se torna uma renda-saber: seu uso nos processos de produção e circulação do valor decorre do papel do conhecimento protegido na especificação das condições gerais de produção e circulação do valor (Paulani, 2016). A renda-saber assume no ramo da produção de conhecimento a forma de renda de monopólio, como é a renda absoluta proposta por Marx. Já a patente da marca permite a especificação das condições gerais de realização do valor das mercadorias gerando um preço *premium* ao seu detentor (Paulani, 2016). Por estes motivos, na organização empresarial, o conhecimento e a marca passaram a ser considerados ativos intangíveis, que fazem parte do capital circulante das empresas e devem ser contabilizados nos balanços.

A crescente importância desta categoria de capital fictício (conhecimento e marca) na acumulação tem gerado transformações nas estratégias das empresas, que passam a focar centralmente na gerência dos ativos intangíveis. A terceira fonte do rentismo no capitalismo contemporâneo decorre da penetração da lógica do clássico capital fictício portador de juros e dividendos. Desde as considerações feitas por Marx, compreende-se o dinheiro como a expressão de um poder social surgido com o mercado enquanto mecanismo central das trocas econômicas, portanto, antes mesmo do capitalismo se constituir em um modo de produção dominante. Com ele, o capital-dinheiro portador de juros e dividendos, exerce uma função importante na produção e circulação do valor, na medida em que assegura a estabilização dos processos de acumulação ampliada do capital, mas expressando uma posição subordinada na distribuição da mais-valia entre lucro, renda e juros. A tese da financeirização do capitalismo contemporâneo se funda na consideração da hipótese da lógica da valorização deste capital portador de juros e dividendos ter se internalizado no próprio espaço produtivo do valor – o que coloca a remuneração dos detentores de ações em evidência. Isso envolve a criação de inúmeros mecanismos para subordinar o capital produtivo às lógicas do capital rentista, levando os capitalistas a atrelar o processo de acumulação à criação de diferentes formas de *rent-seeking*²⁰. O avanço das políticas de desregulação dos mercados financeiros nacionais teve um papel importante para esse cenário, ao estimular a criação de mecanismos institucionais que favorecessem a livre circulação dos fluxos de capital e restringissem as barreiras aos investimentos externos.

A concentração espacial e econômica dos laboratórios de pesquisa corporativos e universitários, das Big Techs e dos grandes fundos de Investimentos nos países ricos consolidados (USA e Europa) e nos que estão subindo na hierarquia econômica mundial (notadamente a China) expressa uma nova dinâmica de dominação ainda mais dura de reprodução da estrutura núcleo-periferia do sistema-mundo capitalista e de seus mecanismos de exploração e exclusão do acesso à riqueza, ao poder e ao bem-estar, que organiza a divisão mundial do trabalho. Tornou-se mais desigual a competição entre os Estados periféricos e semiperiféricos com os centrais visando a internalização, em seus territórios, das capacidades e condições que fundam estes novos eixos de dominação capitalista: o poder do dinheiro associado ao poder do conhecimento. Nesta nova etapa, articulam-se três formas de periferização identificadas por Arrighi na Ilusão do Desenvolvimento: periferização por meio da mobilidade do capital (ou transferência de excedente); periferização por meio da mobilidade de mercadorias (ou troca desigual) e periferização da mobilidade da mão de obra (ou extração direta de excedente). Nesta nova etapa, estas formas de mobilidade podem acontecer mais plenamente em razão da junção do poder

²⁰ O conceito de *rent-seeking* (ou caça à renda) aplicado à economia política é usado para descrever situações e práticas nas quais empresas buscam usar seus recursos para aumentar as suas participações na riqueza já produzida pela sociedade sem que tal emprego gere nova riqueza.

do dinheiro, associado ao poder da tecnologia, conseguir fazer estas três formas de extração sem precisar da mobilidade espacial, ou quase. Quer dizer, o capital está conseguindo anular ao extremo o espaço pelo tempo.

Neste contexto de dominação, radicaliza-se o modelo liberal-periférico do desenvolvimento capitalista brasileiro, com associação das forças capitalistas internas à sua lógica rentista-financeira-extrativista²¹. Com efeito, segundo Paulani (2013), o Brasil vem sendo transformado em uma plataforma internacional para a circulação e valorização do capital rentista global. Uma expressão evidente desse processo é o volume cada vez maior de recursos que são subtraídos da economia nacional para pagar as rendas dos capitais externos aplicados no país na forma de dividendos, juros de dívida pública e privada, juros de ativos de crédito, rendas patentes etc. Ao mesmo tempo, à dominação rentista-financeira se associa a dimensão extrativista do nosso processo de periferização, entendida como a conexão direta de várias escalas geográficas a operações de grandes capitais globais, que, controlando circuitos logísticos e financeiros, inserem economias locais e regionais do país em longas cadeias de circulação de mercadorias, que, por sua vez, suprem economias centrais, desmantelando a sinergia da divisão interna do trabalho criada durante a industrialização. Estamos aqui nos referindo à inserção do nosso *hinterland* às cadeias produtivas-extrativas do agronegócio, dos recursos energéticos e minerais, mas que pouco a pouco se expandem para outros domínios, como a extração de dados, cultura e a própria economia urbana.

A penetração da atual lógica rentista-financeira-extrativista no capitalismo brasileiro e a sua subordinação ao capitalismo global tem como consequência o bloqueio estrutural das possibilidades de retomada do desenvolvimento industrial com base no dinamismo interno de transformações das bases produtivas, como mostram os resultados da consistente pesquisa realizada por Bruno e Caffé (2017)²². No plano da economia política, a consequência é a constituição de um segmento interno de interesses rentistas-financeiros, que assume a condição de hegemonia no bloco de poder dominante e sustenta as políticas macroeconômicas orientadas pela inserção do país na dinâmica da financeirização do capitalismo mundial.

4. OS NEXOS ENTRE O RENTISMO E A ORDEM URBANA: ALGUMAS HIPÓTESES

Apresentamos a seguir algumas hipóteses sobre os impactos possíveis da inserção da ordem urbana no padrão rentista de desenvolvimento capitalista brasileiro.

(i) Rentismo e Fragmentação do Território Nacional. A questão regional brasileira foi classicamente formulada em torno da temática das desigualdades entre as partes do território nacional, em função do desenvolvimento social e da industrialização espacialmente

²¹ A análise da dimensão extrativista da dominação rentista tem como base Mezzadra & Brett, 2019.

²² (...) a economia brasileira atual é uma economia em “financeirização forçada” e incapaz de encontrar as condições estruturais para uma retomada sustentada da taxa de investimento produtivo, notadamente, nos setores de maior intensidade tecnológica. Pode crescer por períodos curtos, mas sob taxas historicamente inferiores à média histórica, pois a rentabilidade real de referência não é mais definida de acordo com as necessidades das atividades produtivas e sim sob critérios e exigências de detentores de capitais de curto prazo, em sua maior parte, especulativos e avessos aos riscos das imobilizações necessárias ao desenvolvimento brasileiro.” (Bruno & Caffé, 2017, p. 1026). Estado e financeirização no Brasil: interdependências macroeconômicas e limites estruturais ao desenvolvimento

desigual. Durante o experimento neoliberal dos anos 1990, a abertura da economia brasileira ao mercado externo, a privatização, o abandono do projeto nacional e de políticas de desenvolvimento regional, além da especialização regressiva e da integração competitiva das regiões levaram muitos analistas a identificar tendências à fragmentação do território nacional²³. Entretanto, tal hipótese não se realizou plenamente em razão do experimento neodesenvolvimentista dos anos 2000, que retomou algumas políticas regionais, gerando uma tentativa de redistribuição espacial dos recursos em busca da retomada da integração nacional via a divisão territorial do trabalho. A natureza predominantemente rentista-financeira-extrativista da atual fase de dependência econômica do país, tendo como correlato a desindustrialização e a reprimarização da economia nacional, parece autorizar a retomada desta hipótese em função da inserção diferenciada das regiões nos distintos circuitos extrativistas. Com efeito,

a respeito da ordenação econômica dos municípios, observa-se no primeiro quartil do século XXI a ausência de um projeto de desenvolvimento que unifique o país; ao invés disso, verificou-se um panorama marcado por fragmentação e desconexão entre localidades, além da concorrência por meio de guerra fiscal entre municípios. São percebidos três aspectos: ascensão dos serviços, desindustrialização e aumento da produção de commodities. Desta maneira, a organização das cidades lembra um arquipélago de ilhas de desenvolvimento, em que a ascensão do setor de serviços alcança mais de 70% do PIB brasileiro e beneficia cidades específicas. Por sua vez, a desindustrialização teve maior impacto nos municípios pertencentes à região metropolitana de São Paulo – justamente as áreas mais industrializadas. Outra questão foi a ascensão dos municípios produtores de commodities beneficiados pelo ciclo de valorização das exportações, beneficiando, entre outras localidades, parcela significativa do Centro-Oeste (Guerra, Pochman & Silva, 2020, p. 147).

- (ii) **Rentismo e diferenciação da metropolização.** Desde os anos 1980 vários estudos vêm apontando tendências de complexificação da rede urbana brasileira em relação àquela conformada na fase da substituição de importações, cuja característica central era a macrocefalia metropolitana. Dois movimentos foram responsáveis por estas tendências. De um lado, a desconcentração industrial em relação à hiperpredominância de São Paulo, fazendo surgir o novo polígono dinâmico, englobando o interior de São Paulo e partes dos estados do Sul do Brasil. De outro lado, o movimento de crescimento das chamadas cidades de porte médio espalhadas por várias das grandes regiões. Na nova etapa da nossa dependência, está sendo adicionada uma nova tendência de complexificação e diferenciação da rede urbana brasileira com o surgimento e a aceleração de novos padrões de metropolização correspondentes às novas dinâmicas de produção do espaço urbano, organizadas pelos distintos circuitos da acumulação rentista-extrativista, relacionadas com a exploração dos recursos minerais e à expansão do agronegócio. São cidades transformadas (ou criadas) em pontos funcionais de cadeias produtivas, comerciais e logísticas comandadas por grandes capitais globais ligados à transformação de produtos agrícolas e recursos naturais em commodities, realizando claramente a dimensão extrativista da atual dominação rentista do padrão liberal-periférico do nosso capitalismo. Estes espaços são submetidos a um tipo urbanização distinto em vários aspectos daquele ocorrido anteriormente sob a dinâmica da industriali-

²³ Cf. Pacheco (1996).

zação. Não apenas em razão da velocidade com que crescem estas cidades, mas sobretudo em razão daquela funcionalização implicar em formas de produção e apropriação dos espaços agrícola e urbano pelas grandes forças globais dos capitais extrativistas, que destroem o sóciometabolismo fundado na economia, na sociedade e na cultura locais e constroem espaços corporativos a serviço das condições locais necessárias à reprodução dos capitais globais em contraposição à reprodução social da vida, como vem demonstrando alguns trabalhos (Elias, 2011). Observam-se, como consequência, o encarecimento da terra, a expropriação das propriedades agrícolas, a migração do campo para a cidade, enfim, vários traços semelhantes ao conhecido processo de acumulação primitiva. Ao mesmo tempo, observa-se o que alguns autores denominam como extravasamento do capital financeiro, presente nestas operações extrativistas, para o mercado imobiliário habitacional e corporativo, criando um verdadeiro movimento especulativo, fazendo surgir os artefatos urbanos próprios do fenômeno metropolitano. São condomínios-fechados, shoppings, espaços de divertimento e lazer criados para atender aos padrões urbanos dos profissionais das áreas financeira, jurídica, engenharia, etc. que prestam os serviços técnicos necessários às novas atividades extrativistas.

- (iii) **Rentismo e Terciarização da economia metropolitana.** A desindustrialização periférica vem colocando a necessidade de reconstrução do quadro teórico e de reelaboração das hipóteses que constituem o estado da arte com o qual temos nos interrogados sobre o processo de metropolização da rede urbana no Brasil, em curso desde meados dos anos 1950. Se até aqui a heterogeneidade estrutural da base produtiva e do mercado trabalho - marcas da nossa industrialização tardia - serviu como chave analítica das indagações sobre o processo de metropolização, a partir da segunda década do século XXI, trata-se de capturar as relações entre um complexo/heterônimo setor terciário e as novas tendências de reconfiguração do processo de metropolização. Nesta empreitada, coloca-se o desafio de requalificação teórica e conceitual das atividades estatisticamente identificadas como terciárias, mas que camuflam as modalidades de acumulação do capital em emergência e afirmação, com os seus padrões territoriais. A economia metropolitana vem sendo incorporada por uma nova forma de organização do capital expresso no conceito de capitalismo de plataforma. O capitalismo de plataforma consolida e desenvolve a acumulação flexível em novo regime socioprodutivo, expresso no fato do poder financeiro-informacional-digital permitir a articulação no espaço-tempo de produtores, comerciantes, financiadores, trabalhadores, consumidores e usuários dispersos. Isso tudo na forma de uma plataforma organizada em rede e funcionando radicalmente sob o regime do *just-in-time*. Este duplo poder se expressa na capacidade das empresas organizadas como plataforma de criar imensos mercados (*marketplace*), em múltiplas escalas dominados pelo efeito rede por elas controladas, ou seja, pelo fato de que “o valor da rede aumenta pela adesão de mais usuários e se o valor aumenta, mais usuários serão motivados a aderir. Daí, conforme se verifica hoje em dia, o mercado de plataformas tender a cada vez mais se concentrar mundialmente num grupo muito pequeno de enormes corporações²⁴”

²⁴ Cf Dantas, 2017.

Segundo Kenney e Zysman (2016) é possível classificar as empresas-plataformas nos seguintes tipos:

– **Plataformas para plataformas.** Em certo sentido, a própria Internet é a plataforma fundamental, com o Google como seu catalogador e o iOS da Apple e o Android do Google como plataformas de sistema operacional para smartphones nas quais enormes ecossistemas foram construídos. Além disso, existem empresas que fornecem infraestrutura e ferramentas para o resto. Por exemplo, Amazon Web Services, Microsoft Azure e Google Cloud Platform facilitam a construção de serviços em nuvem, com as ferramentas através das quais outras plataformas são construídas.

– **Plataformas que disponibilizam on-line as ferramentas digitais e apoiam a criação de outras plataformas e marketplace.** O GitHub, por exemplo, está se tornando o repositório de programas de software de código aberto de todos os tipos, reduzindo drasticamente o custo de ferramentas de software e blocos de construção. Além disso, ferramentas e software, como suporte de vendas, recursos humanos e contabilidade, que antes eram vendidos ou alugados por empresas como Oracle e ADP, estão sendo disponibilizados na nuvem por empresas como Zenefits, Job Rooster e Wonolo. Zenefits oferece um mercado on-line de ferramentas de recursos humanos grátis para pequenas empresas e, portanto, está desintermediando o corretor de seguros de benefícios local, ganhando dinheiro com as comissões das empresas que procuram fornecer seguro às pequenas empresas que utilizam os seus serviços. Caso essa empresa se tornasse a plataforma dominante no campo de fornecimento de ferramentas de back-office de nível profissional para pequenas empresas, a grande quantidade de dados de negócios que teria de analisar permitiria a criação de outros serviços. Como efeito colateral, o Zenefits reconheceu e está tomando medidas para corrigir, ameaçou o papel regulador das comissões estaduais de seguro. Finalmente, com o lock-in que conseguiu, poderá alterar os termos de prestação do serviço através do seu código, conferindo-lhe um enorme potencial de poder.

– **Plataformas de mediação de trabalho.** As plataformas medeiam o trabalho de várias maneiras. Algumas plataformas transformam o trabalho de profissionais antes independentes. Por exemplo, o LinkedIn foca no domínio dos *headhunters* e capacita o departamento de recursos humanos ao vender o acesso às informações fornecidas gratuitamente pelos membros. Outras plataformas, como o Amazon Mechanical Turk, que permite às empresas *crowdsourcing*, o desempenho de tarefas específicas que exigem julgamento humano, é uma forma moderna de sistema de saída. Outros sites, como UpWork e Innocentives, criaram trocas globais de mão de obra virtual semelhantes. É importante ressaltar que é incerto se essas plataformas mudarão o número de trabalhadores contratados ou disponíveis, ou se apenas mudarão os mecanismos de intermediação e funcionamento do mercado de trabalho.

– **Plataformas de varejo.** Certamente, as plataformas on-line mais amplamente reconhecidas - aquelas que tornaram a noção de uma economia de plataforma amplamente discutida - são Amazon, eBay e Etsy, junto com uma série de outras empresas chinesas que chegam até as camadas mais populares da população.

– **Plataformas de prestação de serviços.** Airbnb e Lyft são os exemplos clássicos. Há também uma variedade infinita de plataformas financeiras, de sites para financiamento de projetos, como Kickstarter ou Indiegogo, a plataformas que pretendem substituir instituições

financeiras tradicionais, como AngelsList para capital de risco e Zopa and Rate Setter para empréstimos peer-to-peer. Transfergo e Transferwise estão construindo plataformas para simplificar as transferências globais de dinheiro.

Em todos esses exemplos, em todas as categorias, os fundamentos algorítmicos da atividade on-line são mais evidentes. Por exemplo, Lyft e Uber conectam motoristas a clientes por meio de algoritmos. Os algoritmos integram software de mapeamento, condições das estradas em tempo real e a disponibilidade de motoristas para fornecer uma estimativa de preço. Os motoristas são examinados por meio de verificações on-line, que, é claro, funcionam tão bem quanto os dados que eles possuem. O pagamento, na maioria das vezes, é feito por informações de cartão de crédito que estão em arquivo (Kenney & Zysman, 2016).

Esta nova forma de organização do capital e de exploração do trabalho está presente em todos os setores econômicos: nas finanças (finTechs, home-banking); na educação (eTech); no agronegócios (agTech); na alimentação e comida (foodTech); na saúde e bem-estar (healthTech: terapia e consultas on-line, exames etc.); no marketing (marTech ou adTech: mídia, publicidade direcionada e de engajamento etc.); no jurídico (lawTech ou legalTech: na legislação, petições automáticas, resolução de conflitos e negociações); na negociação de imóveis (propTech: vendas e aluguéis); logística de entrega (delivery de produtos, embalagem, mediação com pagamento, etc.); no comércio eletrônico (e-commerce); na gestão de documentos etc.

O capitalismo de plataforma vem transformando também o comércio varejista e os pequenos negócios dos serviços, atividades essencialmente integrantes da economia urbana, como são as farmácias e lojas de hortaliças e frutas. Com efeito, como constatado por Moraes (2018)²⁵, as empresas-plataformas vêm operando na extração de volume significativo de excedente das economias urbanas por controlarem de forma centralizada e oligopolizada, produzindo efeitos sobre os circuitos econômicos locais/regionais e sobre o território.

– **Rentismo e superexploração do trabalho.** O modelo liberal-periférico do desenvolvimento capitalista brasileiro implicou na constituição da superexploração da força de trabalho como condição do regime de acumulação industrial, como bem demonstraram e argumentaram os teóricos marxistas da dependência, entre eles notadamente Ruy Mauro Marini²⁶. Esta forma de extração de excedente expressa uma defasagem estrutural entre o valor pelo qual a força de trabalho deveria ser paga para que a sua reprodução fosse ampliada e o salário, efetivamente pago. Tratar-se-ia de uma forma do capitalismo se desenvolver sob a condição da dependência, da qual decorre a necessidade de transferir uma parte do excedente gerado internamente para os países dominantes no sistema-mundo capitalista. Dominantes por controlarem as forças produtivas e o progresso técnico, que fundamentam a acumulação do capital. A superexploração da força de trabalho se materializaria sob quatro formas: a) o aumento da intensidade do trabalho; b) o prolongamento da jornada de trabalho; c) a apropriação, por parte do capitalista, de parcela do fundo de consumo do trabalhador, convertido em fundo de acumulação capitalista; d) a ampliação

²⁵ Ver os textos publicados em seu blog <<https://www.robertomoraes.com.br/>>. Especificamente sobre a incorporação do comércio e serviços tipicamente urbanos na plataformização do capitalismo ver <<https://www.robertomoraes.com.br/2018/11/fundos-financeiros-agora-tambem-nos.html>>. Ver ainda a importante obra do autor sobre os fundos financeiros publicada em Pessanha (2019).

²⁶ Cf. Marini (1973)

do valor da força de trabalho sem que seja pago o montante necessário na forma de salário.

É sob este fundo histórico, ligado à formação do modelo liberal-periférico de desenvolvimento, que vem ocorrendo transformações nas relações de trabalho denominadas como precarização, que de fato aprofundam a superexploração estrutural. Segundo Raposo (2020, p. 513)²⁷, sob o contexto da submissão real ao capital, a precarização das relações de trabalho implica na violação da lei do valor trabalho socialmente necessário segundo a formulação de Marx, o que tem como consequência a fragilização das condições da reprodução física (psicológica e material) do trabalhador e do seu universo social.

A radicalização da superexploração do trabalho, materializada na forma do trabalho precário, tem como traço central a mobilização do fundo do consumo do trabalhador – a casa, o carro, a moto, a bicicleta, os bens domésticos etc. – como meio de produção usado pelo capital para organizar os processos de produção e circulação de mercadorias.

A incorporação das metrópoles ao capitalismo de plataforma no contexto regressivo dos direitos trabalhistas gerados pelas reformas ultraliberais vem se traduzindo na generalização deste trabalho, precarizado na forma e superexplorado no conteúdo, fato que vem sendo denominado como *uberização* (Antunes, 2020)²⁸. Com efeito, em 2021 o Brasil conta com 32 milhões de trabalhadores em empresas de plataforma e aplicativos, correspondendo a 20% da força de trabalho²⁹. Para a pesquisadora Ludmila Costhek Abílio³⁰ o modelo de trabalho organizado pela empresa-plataforma UBER aponta para o possível futuro das empresas em geral, que passam à condição de fornecedora de uma infraestrutura produtiva, comercial, financeira e logística para que uma multidão de “parceiros” execute

²⁷ Cf. Raposo (2020:513). “na fase de subsunção formal e real do trabalho ao capital, a potenciação da exploração do trabalho, através da sua precarização, pode ser compreendida como um processo de desvalorização da força de trabalho, que ocorre mediante os seguintes aspectos: a violação do valor do trabalho socialmente necessário – baixos salários, salário por produção ou salário por peça; métodos de assalariamento disfarçado como bônus salarial –, que convertem o trabalhador à condição de mera mercadoria (força de trabalho); a redução da qualidade e do tempo real de vida do trabalhador, pelo desgaste psicofísico do trabalho, através do prolongamento da jornada de trabalho, como os acordos de banco de horas que, apesar de facilitarem o acesso a bens necessários à sobrevivência do trabalhador, reduzem o tempo de descanso necessário para repor o desgaste físico e mental de longas e intensas jornadas de trabalho; o sitiamiento de qualquer projeto de vida do trabalhador e sua família, que se manifesta atualmente nas formas sutis de controle do tempo de trabalho, da padronização de procedimentos, da ideologia do trabalhador-colaborador que mistifica a ideia do valor do trabalho como uma necessidade humana; e, por fim, a fratura da organização e da solidariedade coletivas das classes trabalhadoras, determinada pelo esgarçamento da vivência coletiva do trabalho e pela concorrência entre os trabalhadores, a qual se expressa através das formas de envolvimento e cooptação dos trabalhadores etc.”

²⁸ Este conceito foi concebido por esse autor da seguinte maneira: “A uberização é um processo no qual as relações de trabalho são crescentemente individualizadas e invisibilizadas, assumindo, assim, a aparência de ‘prestação de serviços’ e obliterando as relações de assalariamento e de exploração do trabalho.” Cf. Antunes (2020).

²⁹ Cf. Brasil chegou a 32 milhões de trabalhadores em plataformas digitais e aplicativos. Disponível em: <<https://www.robertomoraes.com.br/2021/04/brasil-chegou-32-milhoes-de.html>>. Acesso em: 28 jun. 2021.

³⁰ “Podemos entender a uberização como um futuro possível para empresas em geral, que se tornam responsáveis por prover a infraestrutura para que seus “parceiros” executem seu trabalho; não é difícil imaginar que hospitais, universidades, empresas dos mais diversos ramos adotem esse modelo, utilizando-se do trabalho de seus “colaboradores *just-in-time*” de acordo com sua necessidade. Este parece ser um futuro provável e generalizável para o mundo do trabalho. Mas, se olharmos para o presente da economia digital, com seus motoristas Uber, motofretistas Loggi, trabalhadores executores de tarefas da Amazon Mechanical Turk, já podemos ver o modelo funcionando em ato, assim como compreender que não se trata apenas de eliminação de vínculo empregatício: a empresa Uber deu visibilidade a um novo passo na subsunção real do trabalho, que atravessa o mercado de trabalho em uma dimensão global, envolvendo atualmente milhões de trabalhadores pelo mundo e que tem possibilidades de generalizar-se pelas relações de trabalho em diversos setores. “Uberização do trabalho: subsunção real da viração”. Cf. Uberização do trabalho: subsunção real da viração. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2017/02/22/uberizacao-do-trabalho-subsuncao-real-da-viracao/>>. Acesso em: 11 jun. 2021.

seu trabalho. A reconfiguração das formas de superexploração encontra nas cidades do Brasil um substrato ideal para a sua legitimação, na medida em que a cultura da “viração”, resultante das formas de sobrevivência construídas pelo imenso contingente do exército industrial de reserva tem evidentes afinidades eletivas com o exercício do trabalho no que vem sendo denominado como *gig economy*³¹. A reconfiguração do antigo trabalho informal, como denominado na ordem urbano-industrial, implica na transformação da estrutura social, da sociabilidade, das identidades coletivas e das dimensões tempo/espaço das práticas de reprodução social vigentes até então nas metrópoles, articulando de maneira distinta espaços, tempos e práticas de produção e reprodução. Para efeito das presentes observações, vale à pena registrar ao menos uma destas novas questões sobre a relação de trabalho e a metrópole. Trata-se da interrogação sobre em que medida o chamado *precarizado* - categoria de identificação da unidade da condição de explorado - é capaz ou não de gerar uma nova classe social. Esta questão nos parece importante se considerarmos o papel heurístico da categoria “classe trabalhadora” na sociologia brasileira, para descrever e dar inteligibilidade à estrutura e aos conflitos sociais no período da industrialização. Neste sentido, ganha importância a reflexão de Braga (2017), ao afirmar que, apesar das forças políticas e econômicas que atuam para manter o precariado como os trabalhadores em classe, há sinais de rebeldia que apontam para a constituição de uma identidade coletiva e práticas de organização de classe, ao menos no que o autor identifica como Sul-Global. Parece-nos relevante que esta hipótese seja contraproposta à defendida por Guy Standing; este, focando na realidade dos países centrais do capitalismo, identifica no precariado a emergência de uma nova classe perigosa (Standing, 2013).

Na opinião de Antunes (2018), como consequência da hegemonia do capital financeiro, consolida-se uma nova fase no mundo produtivo, denominada como fase informacional-digital, na qual os celulares, tablets e smartphones representam a expansão das novas tecnologias a serviço do capital e uma explosão da indústria de serviços. Esse processo vem repercutindo em transformações no mundo do trabalho e em novas formas de realização da lei do valor, através das distintas modalidades de trabalho digital, as quais se constituem em novas formas disfarçadas de exploração e de extração da mais-valia.

- (iv) **Rentismo e a Economia Política da Metrópole.** A incorporação das cidades a um novo modo de acumulação tem como expressão a aceleração das transformações da economia política das cidades operadas pelo avanço das lógicas do rentismo e do extrativismo na acumulação urbana. Por um lado, ocorre uma crescente articulação da produção imobiliária, da infraestrutura urbana e dos serviços urbanos com os circuitos do capitalismo financeiro, notadamente sob a dominância da sua forma mais avançada que são os fundos

³¹ Segundo Ludimila Costhek Abílio a “gig economy nomeia hoje o mercado movido por essa imensidão de trabalhadores que aderem ao trabalho instável, sem identidade definida, que transitam entre ser bicos ou atividades para as quais nem sabemos bem nomear. A plataforma on-line da empresa Airbnb, por exemplo, hoje conta com a adesão de milhares de usuários que disponibilizam seus domicílios para aluguel instantâneo e passageiro; atuando como microempreendedores amadores, tornam-se uma espécie de administradores de suas próprias casas. A gig economy é feita de serviços remunerados, que mal têm a forma trabalho, que contam com o engajamento do trabalhador-usuário, com seu próprio gerenciamento e definição de suas estratégias pessoais. A gig economy dá nome a uma multidão de trabalhadores *just-in-time* (como já vislumbrava Francisco de Oliveira no início dos anos 2000 ou Naomi Klein ao mapear o caminho das marcas até os trabalhadores), que aderem de forma instável e sempre transitória, como meio de sobrevivência e por outras motivações subjetivas que precisam ser mais bem compreendidas, às mais diversas ocupações e atividades. Entretanto, essas atividades estão subsumidas, sob formas de controle e expropriação ao mesmo tempo evidentes e pouco localizáveis. A chamada descartabilidade social também é produtiva. Ao menos por enquanto”. (Abílio, Blog da Boitempo, 2017. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2017/02/22/uberizacao-do-trabalho-subsuncao-real-da-viracao/>>. Acesso em: 11 jun. 2021).

financeiros (*private equity*). Esta transformação submete a economia política das cidades a interesses e forças que se organizam em escalas sobrelocais, alterando e fragilizando a capacidade dos regimes de governança das cidades em definir e controlar as políticas urbanas. Por outro lado, também vêm ocorrendo mudanças na clássica organização dos capitais urbanos com a constituição de grandes empresas que atuam simultaneamente nos circuitos imobiliário, de obras públicas, infraestrutura e serviços urbanos. Como consequência, a anterior forma molecular de produção do espaço vem sendo substituída por formas monopolistas, que se manifestam no poder de planejar e coordenar a geração e a extração das rendas urbanas.

- (v) **Rentismo e Novos Mecanismos de Extração de Rendas Urbanas** Por último, gostaríamos de mencionar que a hipótese defendida sobre uma nova condição de dependência do capitalismo brasileiro implica na incorporação das metrópoles aos mecanismos gerais do rentismo através da ação combinada da expansão do capitalismo de plataforma, da financeirização da economia urbana e da acumulação urbana. Isto se explicita na constituição de mecanismos diretos de extração de renda da cidade por articulação das atividades da economia urbana às *Big Five Tech Companies* (Apple, Amazon, Alphabet, Microsoft e Facebook), denominadas por Moraes Pessanha como plataforma-raiz. Estas empresas globais exercem as posições superiores das relações de dominação financeira-tecnológica do capitalismo-plataforma, somando juntas quase US\$ 900 bilhões em receitas em 2019, valor maior que o PIB de quatro nações do grupo internacional G20. Esta camada do capitalismo de plataforma conforma um setor altamente oligopolizado, em grau muito superior ao alcançado pelo segmento petrolífero na fase industrial.

A camada seguinte desta nova hierarquia de dominação global é composta por empresas-plataformas também globais, como são Uber, Airbnb, Trivago, Hurb, e na terceira camada as empresas regionais, como o Mercado Livre, e as organizadas nas escalas nacionais, como o IFood, Americanas, Magalú, Loggi, etc.

5. CONCLUSÃO: O QUE FAZER?

O conceito de sindemia aplicado ao diagnóstico da Covid-19 leva os seus formuladores a conceber que a estratégia de enfrentamento da atual crise sanitária - e as próximas que inevitavelmente a sucederão - se alicerce em uma nova concepção da política sanitária, alargando a terapêutica focada nos corpos dos indivíduos e na doença para as ações holísticas, preventivas e reformadoras do meio social onde a vida se desenrola e se reproduz, através do trabalho, do consumo, do lazer, da mobilidade, da habitação e da sociabilidade em geral. Reforma social, portanto, que é desde logo uma reforma da ordem urbana, que assegure a provisão universal e equitativa dos equipamentos e serviços coletivos que conformam o meio urbano construído. Entretanto, como argumentamos neste ensaio, a ordem urbana brasileira está sendo submetida às grandes forças liberais que comandam o modelo liberal-periférico do capitalismo brasileiro e a sua subordinação ao capitalismo rentista-financeiro-extrativista global, fato que se traduz em uma grave crise urbana.

Dada a profundidade e extensão dessa crise urbana, nenhuma saída será simples. Todavia, não há dúvidas de que será inevitável superar a estreita visão ultraliberal encastelada no Estado e enraizada na sociedade. Só assim será possível restaurar qualquer estratégia de desenvolvi-

mento nacional e de superação do passivo deixado pelas múltiplas crises que assolam a sociedade brasileira. Nesse cenário, faz total sentido pensar em um *New Deal* Urbano, como um ciclo de investimentos concentrados nas metrópoles. Isso incluiria investimentos em transportes de massa (metrô e trem metropolitano, por exemplo), saneamento e habitação, acompanhados de um conjunto de medidas regulatórias e habilitadoras, que orientem a dinâmica do nosso crescimento urbano na direção do atendimento efetivo das necessidades da população e dos objetivos do desenvolvimento sustentável. Trataria de um ciclo de inversões que, além da indução do crescimento que rompa a lógica de precarização em curso, gere renda e redesenhe a economia metropolitana na direção produtiva, como alternativa à economia urbana rentista-extrativista em expansão, com impactos macroeconômicos relevantes.

Trata-se de conceber uma política nacional de desenvolvimento urbano fundada no retorno do Estado empreendedor e planejador, na expansão do gasto público e na mobilização do setor privado, através de parcerias com o setor público e com a participação popular para o engajamento na realização de missões, como definidas por Mazzucato (2014). O ponto de partida seria a construção de um compromisso social em torno de uma agenda urbana de longo prazo, envolvendo atores públicos de vários níveis e esferas, atores da sociedade e de mercado. Para tanto, podemos nos beneficiar dos resultados das experiências institucionais e políticas desencadeadas com a criação do Ministério das Cidades em 2003, envolvendo a instituição do Conselho Nacional das Cidades e das Conferências Nacionais, Estaduais e Municipais e de conjunto de iniciativas visando a construção de uma política pública fundada no projeto de reforma urbana.

A proposta de um *New Deal* Urbano, como afirmamos, pressupõe superar a estreita visão ultraliberal, hoje encastelada no Estado e enraizada na sociedade, como condição para a restauração da intrínseca função de empreendedor do desenvolvimento nacional, que combine crescimento econômico com diminuição das desigualdades e elevação do nível de bem-estar da sociedade.

Pura miragem a julgar a extensão e profundidade das crises nacionais e a quase hegemonia da concepção ultraliberal? Pode ser, mas como bem demonstrou a economista Laura Carvalho (2020), a pandemia e os seus efeitos econômicos, sociais e políticos vêm gerando um verdadeiro “curto-circuito” na ideologia ultraliberal e sua “ponte para o futuro”, calcado no desmanche das instituições criadas a partir da Constituição de 1988 e das herdadas da nossa experiência desenvolvimentista. Curto-circuito que vem obrigando o Estado a expandir o gasto público, a aumentar o seu endividamento para 80% do PIB em razão da criação de um programa de transferência de renda. Para além dos seus efeitos imediatos, o curto-circuito está fragilizando as travas constitucionais, legais e ideológicas que constituem os alicerces do projeto ultraliberal para o país urdido pelo golpe parlamentar de 2016. Do ponto de vista do financiamento, os trabalhos escritos por especialistas e publicados na coletânea *Bidenomics* (Roncaglia & Barbosa, 2021) contêm análises convincentes sobre as possibilidades fiscais e financeiras que assegurem o retorno do Estado brasileiro ao papel de empreendedor do desenvolvimento nacional.

Há espaço na sociedade para se fazer avançar a luta pela legitimação de uma pauta progressista como a representada pelo *New Deal* Urbano, na medida em que a pandemia da Covid-19 está se mostrando mais duradoura do que se imaginava, além dela parecer anunciar apenas mais um evento de um possível ciclo pandêmico iniciado com a Sars (2003), H1N1 (2009), Mers (2012), Ebola (2014) e Zika (2016). É possível convencer a sociedade sobre a imperiosa necessidade de superar as fragilidades, as precariedades e as desigualdades urbanas para nos

prepararmos para os tempos de duradouras crises sanitárias. E que esta preparação pode ser uma virtuosa alavanca do desenvolvimento nacional.

A articulação entre os campos da saúde pública e do planejamento urbano renderá um papel relevante a ser exercido, de convencer a sociedade e mobilizar as forças políticas sobre a imperiosa necessidade de um ciclo político representado no campo econômico pelo *New Deal* Urbano, como um caminho de enfrentamento societário do que hoje pode ser considerado como um novo risco sistêmico e global: a sindemia.

Não há dúvidas de que estas considerações sobre “o que fazer” traduzem as nossas esperanças e boas intenções quanto aos desafios históricos e as urgências a serem enfrentados pela sociedade brasileira. Para além de uma profissão de fé dos autores, talvez as conexões entre a atualização estrutural da nossa crise sanitária, entendida pela sindemia provocada pelo SARS-CoV-2, com a crise também estrutural das nossas metrópoles, atualizada pela apropriação da ordem urbana pelo rentismo, possam ser o desafio que nos falta para a retomada sob novas bases do projeto interrompido de construção do Brasil como Nação, realizando também as esperanças que ainda mantinha nos anos 1990 o nosso grande pensador Celso Furtado, com cujas palavras gostaríamos de terminar o presente texto.

Em meio milênio de história, partindo de uma constelação de feitorias, de populações indígenas desgarradas, de escravos transplantados de outro continente, de aventureiros europeus e asiáticos em busca de um destino melhor, chegamos a um povo de extraordinária polivalência cultural, um país sem paralelo pela vastidão territorial e homogeneidade lingüística e religiosa. Mas nos falta a experiência de provas cruciais, como as que conheceram outros povos, cuja sobrevivência chegou a estar ameaçada. E nos falta também um verdadeiro conhecimento de nossas possibilidades, e principalmente de nossas debilidades. Mas não ignoramos que o tempo histórico se acelera, e que a contagem desse tempo se faz contra nós. Trata-se de saber se temos um futuro como nação que conta na construção do devenir humano. Ou se prevalecerão as forças que se empenham em interromper o nosso processo histórico de formação de um Estado-Nação (Furtado, 1992, p. 35).

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABÍLIO, L. C. Uberização do trabalho: subsunção real da viração. Blog da Boitempo, 2017. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2017/02/22/uberizacao-do-trabalho-subsuncao-real-da-viracao/>>. Acesso em: 11 jun. 2021.
- ALEIXO, I. ALTINO, L. GALDO, R. O labirinto dos transportes do Rio: à beira do colapso, setor sofre com queda de demanda e péssimos serviços. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/o-labirinto-dos-transportes-do-rio-beira-do-colapso-setor-sofre-com-queda-de-demanda-pessimos-servicos-1-25086072>>. Acesso em: 11 nov. 2021.
- ANTUNES, R. (Org.). *Uberização, Trabalho Digital e Indústria 4.0*. São Paulo: Boitempo. 2020.
- ARRIGHI, G. *A ilusão do desenvolvimento*. 4ª Edição. Petrópolis: Vozes, 1988.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS TRANSPORTADORES DE PASSAGEIROS SOBRE TRILHOS (ANPTrilhos). Mobilidade urbana na pandemia: os impactos no transporte público. 18/09/2020. Disponível em: <<https://anptrilhos.org.br/mobilidade-urbana-na-pandemia-os-impactos-no-transporte-publico/>>. Acesso em: 27 de nov. 2021.
- BISPO JUNIOR, J. P.; SANTOS, D. N. B. COVID-19 como sindemia: modelo teórico e fundamentos para a abordagem abrangente em saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 37 nº.10, Rio de Janeiro: Out. 2021. Disponível em: <<http://>

- cadernos.ensp.fiocruz.br/csp/artigo/1534/covid-19-como-sindemia-modelo-teorico-e-fundamentos-para-a-abordagem-abrangente-em-saude>. Acesso em: 17 nov. 2021.
- BONDUKI, N. Crise pode levar a um apagão no sistema de transporte. 19 set. 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/nabil-bonduki/2021/09/crise-pode-levar-a-um-apagao-no-sistema-de-transporte-coletivo.shtml#:~:text=A%20radiografia%20da%20crise%20est%C3%A1,que%20j%C3%A1%20era%20sentido%20anteriormente>>. Acesso em: 17 nov. 2021.
- BRAGA, R. *A Rebelião do Precariado*. Trabalho e neoliberalismo no Sul Global. São Paulo: Boitempo, 2017.
- BRUNO, M.; CAFFE, R. 2017. Estado e financeirização no Brasil: interdependências macroeconômicas e limites estruturais ao desenvolvimento. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 26, Número Especial, p. 1025-1062, dez. 2017.
- CANZIAN, F. Total de favelas dobra no Brasil em dez anos e 20 milhões estão passando fome. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/10/total-de-favelas-dobra-no-brasil-em-dez-anos-e-20-milhoes-estao-passando-fome.shtml>>. Acesso em: 17 de nov. 2021.
- CARVALHO, L. *Curto-circuito*: O vírus e a volta do Estado. São Paulo: Editor Todavia, 2020.
- CASTELLS, M. *Cidade, Democracia e Socialismo*. A experiência das Associações de Madri. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- DANTAS, M. Internet: praças de mercado sob controle do capital financeiro. Trabalho apresentado no GP Economia Política da Comunicação, XVII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação- pp/14-15. Curitiba, 2017.
- ELIAS, D. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. *Revista Brasileira e novas regionalizações*, v. 13, n. 2, novembro 2011. Melo, A. C. e Cardoso, A. C. D. O papel da grande mineração e sua interação com a dinâmica urbana em uma região de fronteira na Amazônia, *Nova Economia*, v.26, Especial. 2016.
- FILGUEIRAS, L.; GONÇALVES, R. A. *Balanço do Governo Lula*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006. Também em Américo, C. L. e Borba. V. P. Modelo liberal-periférico, acumulação rentista e especialização exportadora: considerações sobre brasileiro. *Rev. Econ. NE, Fortaleza*, v. 47, n. 3, p. 167-180, jul. - set., 2016. Disponível em <<https://g20mais20.bnb.gov.br/revista/index.php/ren/article/view/415/0>>. Acesso em: 11 nov. 2021.
- FURTADO, C. *Brasil: a construção interrompida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- HARVEY, D. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1999.
- HORTON, R. Offline: COVID-19 is not a pandemic. *The Lancet*. v. 396. n. 10255. 2021. Disponível em: <[https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(20\)32000-6/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(20)32000-6/fulltext)>. Acesso em: 11 de nov. 2021.
- GUERRA, A., POCHMAN, M. e SILVA, R.A. *Cidades e Dissoluções*. Passado, presente da urbanização brasileira, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2020.
- KENNEY, M.; J. ZYSMAN. The rise of the platform economy. *Issues in Science and Technology* 32 (3): 61-69, 2016. Disponível em: <<http://issues.org/32-3/the-rise-of-the-platformeconomy/>>. 2016. Acesso em: 16 jun. 2021.
- MAZZUCATO, M. *O Estado Empreendedor*: Desmascarando o mito do setor público vs. setor privado. São Paulo: Cia. das Letras, 2014.
- MARINI, R. M. *Dialética da Dependência*. Dialéctica de la dependencia. México D.F. Era, 1973.
- MARQUES, J. Empresas de ônibus do Rio de Janeiro acumulam déficits de receita de 1,2 bilhão em um ano de pandemia. Publicado em: 16 de março de 2021. Disponível em: <<https://diariodotransporte.com.br/2021/03/16/empresas-de-onibus-do-rio-de-janeiro-acumulam-deficit-de-receita-de-r-12-bilhao-em-um-ano-de-pandemia/>>. Acesso em: 17 nov. 2021.

- MEZZADRA, S.; BRETT, N. *The politics of operations*. Excavating contemporary capitalism. Durhan: Duke University Press, 2019.1
- MOBILIZE BRASIL. NTU revela agravamento da crise do transporte. 26 maio 2021. Disponível em: <https://www.mobilize.org.br/noticias/12659/estudo-da-ntu-revela-agravamento-da-crise-do-transporte-publico.html?print=s&gclid=CjwKCAjwhOyJBhA4EiwAECJdcQDoBxN5lG0kRoq4o9rvkUt_epdJbj3ZNYz-x4id7li3G_3sBPYotxoCywAQAvD_BwE>. Acesso em: 17 nov. 2021.
- MORAES, R. Brasil chegou a 32 milhões de trabalhadores em plataformas digitais e aplicativos. 12 abril 2021. Disponível em: <<https://www.robertomoraes.com.br/2021/04/brasil-chegou-32-milhoes-de.html>>. Acesso em: 28 jun. 2021.
- NOBRE, M. A revolta conservadora. Bolsonaro será o líder de um governo antiestablishment. Revista Piauí, Dezembro de 2018. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-revolta-conservadora/>>. Acesso em: 17 nov. 2021.
- PACHECO, C. A. *A questão regional brasileira pós-1980: desconcentração econômica da economia nacional*. Campinas: INICAMP/IE, 1996.
- PAULANI, L. Acumulação e rentismo: resgatando a teoria da renda de Marx para pensar o capitalismo contemporâneo. Revista de Economia Política, vol. 36, nº 3 (144), pp. 514-535, julho-setembro/2016.
- PELEGI, ALEXANDRE. Fundo árabe assume controle do metro do Rio em operação de 1,8 bilhão. 9 novembro 2021. Disponível em: <<https://diariodotransporte.com.br/2021/11/09/fundo-arabe-assume-controle-do-metro-rio-em-operacao-de-r-18-bilhao/>>. Acesso em: 11 de nov. de 2021.
- PESANHA, M. R. *A “indústria” dos fundos financeiros*. Potência, estratégias e mobilidade no capitalismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.
- RAPOSO, C.T.M. Escravidão Digital e a superexploração do trabalho: consequências para a classe trabalhadora. *R. Katál.*, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 510-518, set./dez. 2020 ISSN 1982-0259.
- REGUEIRA, C. Raio x das vans no Rio de Janeiro. 24 agosto 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/08/24/raio-x-das-vans-no-rio-rj2.ghtml>>. Acesso em: 11 de nov. 2021.
- RIBEIRO, L. C. Q – As Metrôpoles em Questão. Rio de Janeiro, Observatório/Letra Capital. 2018. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetroes.net.br/wp-content/uploads/2020/06/2edicao_A-Metropole-em-Questao.pdf>. Acesso em 17. nov.2021.
- RIBEIRO, L.C, Q. Cidades Inclusivas e Sustentáveis?. Textos para Discussão; n. 32. Rio de Janeiro: Projeto Brasil Saúde Amanhã, 2017. Disponível em <https://saudeamanha.fiocruz.br/wp-content/uploads/2018/04/PJSSaudeAmanha_Texto0032_2016_v02-1.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2021.
- RIBEIRO, L. C. Q. (Org.) *As Metrôpoles e o capitalismo financeirizado*. Rio de Janeiro: Letra Capital/Observatório das Metrôpoles, 2020.
- RONCAGLIA, A.; BARBOSA, N. (Org.). *Bidenomics nos trópicos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2021.
- RODRIGUES, J. M; RIBEIRO, L. C. Q. *A pandemia de COVID-19 no Brasil: Um Olhar Sobre Nossa Condição Metropolitana*. Textos para Discussão; n. 78. Rio de Janeiro: Projeto Brasil Saúde Amanhã, 2021. Disponível em: <https://saudeamanha.fiocruz.br/wp-content/uploads/2021/10/Rodrigues-JM-Ribeiro-LCQ_A-pandemia-de-Covid-19-no-Brasil_um-olhar-sobre-nossa-condi%C3%A7%C3%A3o-metropolitana_TD-78_final.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2021.
- ROLNLIK, R. Democracia no fio da Navalha. Limites e possibilidades para a implementação de uma agenda da Reforma Urbana no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, vol, 11, no. 2. Nov, 2009.

SALATA, A. R.; RIBEIRO, M. G.. Boletim Desigualdade nas Metrôpoles. Porto Alegre/RS, n. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.05, 2021. Disponível em: <<https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/>>. Acesso em: 17 nov. 2021.

STANDING, G. O precariado: a nova classe perigosa. São Paulo: Autêntica, 2013.

TEMPESTADE PERFEITA. In Wikipedia. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Tempestade_perfeita>. Acesso em: 17 nov. 2021.

UN-Habitat. *Cities and Pandemics: Towards a More Just, Green and Healthy Future*. ISBN, 978-92-1-132877-6, março 2021. Disponível em: <<https://unhabitat.org/un-habitat-report-on-cities-and-pandemics-towards-a-more-just-green-and-healthy-future>>. Acesso em: 17 nov. 2021.